

Segurança alimentar em assentamentos com ênfase ambiental: um estudo de caso do PDS Virola Jatobá, Transamazônica, Pará, Brasil

Food security in environmentally-oriented settlements: a case study of PDS Virola Jatobá, Transamazônica, Pará State, Brazil

Cezário Ferreira dos Santos Júnior^a

Tatiana Deane de Abreu Sá^b

Noemi Sakiara Miyasaka Porro^c

Roberto Porro^d

^aProfessor da Universidade Federal do Pará, Cametá, PA, Brasil
End. Eletrônico: agrosantos01@gmail.com

^bPesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental e docente do PPG Agriculturas Amazônicas do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil
End. Eletrônico: tatiana.sa@embrapa.br

^cPesquisadora e docente do PPG Agriculturas Amazônicas do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil
End. Eletrônico: noemi@ufpa.br

^dPesquisador da Embrapa Amazônia Oriental e docente do PPG Agriculturas Amazônicas do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil
End. Eletrônico: roberto.porro@embrapa.br

doi:10.18472/SustDeb.v8n1.2017.21598

Recebido em 08.12.2016

Aceito em 20.02.2017

ARTIGO - VARIA

RESUMO

Este trabalho é uma análise da segurança alimentar de agricultores familiares, em uma região de “fronteira agrária” na Amazônia. A pesquisa foi realizada no assentamento do PDS Virola Jatobá, município de Anapu, Pará. Nessa modalidade de assentamento, os agricultores utilizam as áreas de uso alternativo com atividades agropecuárias e as áreas de reserva legal com o extrativismo e manejo florestal comunitário. Realizaram-se 32 entrevistas e aplicação de 75 questionários socioeconômicos nas unidades de produção familiar com o objetivo de se identificar os valores de produção, consumo e renda, bem como compreender as transformações socioprodutivas. Os resultados da pesquisa permitiram a elaboração de uma tipologia, a partir da atividade preponderante na geração de renda, apontando para mudanças não apenas nas práticas tradicionais de produção em função das questões ambientais, mas também sobre o próprio modelo de produção agrícola, com diferentes estratégias na formação de renda.

Palavras-chave: Segurança Alimentar. Produção Agroflorestal. Renda. Consumo.

ABSTRACT

This work analyses the level of food security among family farmers settled in the “agrarian frontier” of the Brazilian Amazon region. The study was conducted in the settlement of PDS Virola Jatobá, in the municipality of Anapu (Pará State). In this modality of environmentally oriented settlements, family farmers devote the areas assigned to alternative use to agricultural activities. On the other hand, the areas identified as legal reserves are employed for extractivist and community forest management activities. A total of 32 interviews and 75 socioeconomic questionnaires were carried out at the family production unit level. Questions aimed at identifying the production, consumption and income values, as well as understanding ongoing productive transformations. Research results allowed the elaboration of a typology, based on the principal activity leading to income generation within the family production unit. The typology pointed out to changes, not only in the traditional production practices and as a consequence of environmental factors, but also in the agricultural production model itself, with different income generation strategies.

Keywords: Food Security. Agroforestry. Income. Consumption.

1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1970, a região Transamazônica sofreu profundas transformações em sua paisagem em virtude da construção de estradas e de um crescente fluxo migratório, incentivados pelo governo militar (HÉBETTE, 2004; VELHO, 2013). No estado do Pará, segundo Rocha (2008), muitas transformações sobre o território podem ser percebidas por meio de um expressivo aumento populacional ocorrido entre 1970 e 1996, sendo criados 60 novos municípios. Com isso, diversas categorias sociais de imigrantes ocuparam o território levando a uma “reestruturação do sistema de classes sociais” e à entrada do capital pelo interesse sobre as terras (ROCHA, 2008, p. 41).

Os avanços na ocupação das fronteiras agrárias¹ na Amazônia têm acarretado um desequilíbrio entre a ação humana e o meio ambiente, comprometendo o acesso, o controle e o uso dos recursos naturais. Em decorrência disso, as ações ambientais de controle vêm ameaçando a segurança alimentar dos agricultores familiares que dependem dos sistemas de produção agrícola-extrativista para sua reprodução física e social.

Assim, a ocupação da Amazônia ocasionou uma rápida devastação da vegetação natural para implantação de novos projetos agropecuários, aumentando a extração florestal e os problemas de ordem ambiental. Além disso, ocorreram diversos conflitos pelo uso e posse da terra, dificultando um modelo de produção de base agrícola familiar. Outra característica da região, no período seguinte à sua ocupação, foi a grande acumulação de terras transformadas em fazendas ao longo das estradas (LOUREIRO; PINTO, 2005), decorrente da compra das pequenas propriedades, no passado, o que demonstra um frágil vínculo de agricultores familiares com a terra.

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco 92), ocorrida no ano de 1992, no Rio de Janeiro, ampliaram-se discussões sobre a degradação ambiental na Amazônia em nível global e a criação de políticas ambientais de controle do desmatamento, motivando a criação de modalidades especiais de assentamento com ênfase ambiental, exigindo uma alocação de terras de forma sustentável com o intuito de utilizar os recursos florestais, destinados a novos beneficiários da Reforma Agrária.

Nesse complexo cenário, o tema desenvolvimento sustentável foi inserido na política agrária brasileira por meio da criação das modalidades de assentamentos ambientalmente diferenciados, com a perspectiva de diminuir ações predatórias contra a floresta: Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) criado pela Portaria Incra n. 268 de 23/10/96; Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)² criado pela Portaria Incra n. 477 de 04/11/99 e o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) criado pelas Portarias Incra n. 1.141 de 19/12/03 c/c n. 215 de 06/06/06 e incorporado às políticas do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA II) (MENDES, 2012, p. 18; TOURNEAU; BURSZTYN, 2010, p. 118).

Dessa forma, a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) redireciona as políticas de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para atender às demandas sociais apropriadas às conformidades ambientais, consolidando os assentamentos rurais e englobando condições de produtividade da família rural em acordo com a legislação ambiental brasileira (OLIVEIRA *et al.*, 2013).

Contudo, a modalidade PDS, por ser concebida como uma nova forma de utilização dos recursos naturais, vem apresentando novas complexidades em comparação com as primeiras modalidades de assentamentos criadas na Amazônia, pois envolve formas de produção, legislação ambiental e organização social que podem ou não inviabilizar a manutenção da segurança alimentar. A modalidade, a princípio, destinava-se para populações extrativistas, sendo posteriormente modificada pela Portaria Incra 1040 em 2002, passando a abranger populações não extrativistas ou não tradicionais.

Este artigo trata do PDS Anapu III e IV, designado como PDS Virola Jatobá, que está localizado no município de Anapu, situado na região sudoeste do estado do Pará. Criado em 13 de dezembro de 2002, por meio da Portaria n. 39, foi instituído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O trabalho faz uma análise das diferentes condições de segurança alimentar vivenciadas pelos assentados do PDS Virola Jatobá e a participação das atividades agrícolas e não agrícolas na construção da sua autonomia.

2 CONCEPÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR

A princípio, a noção de segurança alimentar incorporava um forte apelo produtivista pautado no modelo desenvolvimentista, criado depois da II Guerra Mundial, desconsiderando um conjunto de particularidades dos grupos sociais tradicionais (agricultores, extrativistas, pescadores, etc.) sobre questões que envolvem o uso sustentável dos recursos naturais, acessibilidade ao direito à terra e à tecnologia de produção (ALMEIDA FILHO *et al.*, p. 02 e 03).

Contudo, em virtude das necessidades desses grupos sociais, os operadores dessa noção passaram a incorporar, além da oferta de alimentos, outros elementos que afetavam as condições alimentares para os trabalhadores rurais, tais como as práticas de produção dos agricultores e os ecossistemas onde os alimentos estavam inseridos. Além disso, incorporou-se a noção de soberania alimentar³ ante as mudanças que vêm ocorrendo no campo.

A partir de 1996 as diferentes discussões sobre o mercado industrial de alimentos para consumo com enfoque na produção de base agrícola fizeram surgir, junto à Via Campesina⁴, críticas ao princípio da segurança alimentar. O termo “soberania alimentar” surgiu com um forte apelo à equidade social para o campo, com o debate sobre a fome, defendendo uma mudança no sistema de produção de alimentos que valorizasse as práticas agroextrativistas e os direitos dos agricultores familiares (ALTIERI, 2010; MARQUES, 2014; PIMBERT, 2009). Para a Via Campesina, trata-se do seguinte conceito:

Soberania alimentar é o direito de os povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental (...). A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos (FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001 apud MALUF, 2011, p. 23).

A noção de segurança alimentar, com suas modificações, portanto, passou a incorporar o conceito de soberania alimentar e constitui-se como um importante elemento de análise das diferentes estratégias produzidas pelos agricultores. No Brasil, a segurança alimentar vem sendo uma das bandeiras dos movimentos sociais, culminando na construção de políticas públicas por meio de diretrizes e princípios nacionais, como a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), por meio do Decreto n. 807/1993 e a Lei 11.346 (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional). Tem contribuído também para o fortalecimento de outras iniciativas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)

e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), dessa forma, favorecendo o desenvolvimento local na oferta e produção de alimentos no interior de pequenos núcleos de agricultores familiares (FAO, 2014; MALUF, 2011; SANTOS, 2010).

Apesar de políticas governamentais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família e os benefícios previdenciários, terem contribuído para o orçamento dos mais pobres, um segmento da população brasileira segue apresentando problemas em obter alimentos, gerando insegurança alimentar. Esta, por sua vez, pode ser expressa de acordo com níveis de insegurança, importantes balizadores das fragilidades alimentares, e que servem como parâmetros para identificação das situações emergenciais para implementação de políticas de prevenção e combate à fome. O Brasil tem adotado a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) para mensurar o nível de insegurança alimentar.

Esse método consiste em uma abordagem quantitativa com 14 perguntas sobre as condições da família nos últimos 90 dias; a obtenção de renda para compra de alimentos e as condições de acesso aos alimentos por diferentes faixas etárias entre os membros familiares (IBGE, 2010, p. 29 e 32). Entretanto, a Ebia apresenta um panorama simplificado e reducionista da condição de insegurança alimentar, e não aprofunda as dificuldades tanto objetivas quanto subjetivas do interior da unidade familiar, a qual apresenta fatores bastante específicos.

Para um efetivo diagnóstico da falta de acesso a alimentos, tendo em vista a complexidade dos sistemas produtivos, necessita-se aprofundar o entendimento de fatores e variáveis inter-relacionadas. No cenário internacional, a noção de segurança alimentar e nutricional, segundo a FAO (2014), é usada para explicar as fragilidades alimentares das famílias e tem como base as interferências em quatro dimensões (disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade) que permeiam um conjunto de variáveis relacionadas às diferentes formas de unidades familiares:

É necessário garantir primeiro a **disponibilidade** de alimentos suficientes para toda a população, o que envolve questões de produção, comércio internacional e nacional, abastecimento e distribuição de alimentos. O **acesso** físico e econômico aos alimentos realiza-se quando todos têm a capacidade de obter alimentos de forma socialmente aceitável, por exemplo, por meio da produção, compra, caça, ou troca. Essa dimensão é bastante complexa, envolvendo preços, tanto dos alimentos quanto das outras necessidades básicas, que com eles competem, além de tudo o mais que afeta o conjunto de recursos disponíveis para a família. A **utilização** dos alimentos e dos nutrientes, geralmente, é pensada em termos de sua utilização biológica, que seria influenciada pelas condições de saneamento básico e saúde das pessoas e a segurança microbiológica e química dos alimentos; portanto, essa dimensão abrange, também, o conhecimento nutricional, as escolhas e hábitos alimentares, e o papel social da alimentação na família e na comunidade. A **estabilidade** se refere ao elemento temporal das três condições já citadas (FAO, 2014, p. 17).

Para Norder (1998), os elementos produtivos do interior da unidade familiar e os hábitos de consumo de determinados grupos de produtores variam em relação ao meio. Na Amazônia, em consequência da função do componente florestal e dos sistemas agropecuários, o agricultor familiar apresenta hábitos de consumo e formação de renda de ordem extrativista e agrícola, com práticas próprias, que possibilitam o acesso a bens alimentares para atender à necessidade da unidade familiar.

Dessa forma, utilizou-se como ponto de partida nesta pesquisa a análise do efeito das combinações de atividades nos sistemas produção agrícola, pecuária e extrativista, sobre a segurança alimentar resultante para as famílias do PDS Virola Jatobá.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adotada conjugou métodos qualitativos (entrevistas abertas e semiestruturadas) e quantitativos (questionários) de coleta de dados. O assentamento apresenta 160 lotes, que em 2015 estavam distribuídos entre 140 lotes de uso, quatro lotes comunitários e 16 lotes vagos. Quando se realizou a pesquisa de campo, entre maio e outubro de 2015, somente 89 lotes estavam sendo resididos por assentados em situação regular perante o Incra, sendo aplicados 75 questionários. As perguntas visavam levantar dados socioeconômicos⁵ sobre o tamanho e a ocupação dos lotes; a produção agrícola; os gastos familiares; o consumo alimentar e as fontes de renda.

Os dados coletados por meio dos questionários foram digitados, revisados e organizados em uma plataforma *on-line* baseada no sistema SQL (disponível em <http://softcafe.com.br/clientes/questionarios/>). Posteriormente, os dados foram exportados para o programa estatístico Minitab, versão 17, no qual foi realizada a análise estatística descritiva.

O questionário demonstrou o perfil produtivo e os rendimentos das “roças” entre os anos de 2014 e 2015; os gastos, as condições de consumo e compra de alimentos durante um mês (maio de 2015) e as fontes de renda das famílias no período de um ano (12 meses).

A partir dos resultados provenientes da análise das fontes de renda monetária familiar, organizou-se uma categorização dos assentados (FILHO *et al.*, 1995), identificando-se: **Agroextrativistas** - Famílias cuja renda provém, em pelo menos 50%, da combinação de atividades produtivas da lavoura anual, lavoura permanente, criação de pequenos animais e extrativismo da floresta originado de cipós, sementes, frutos e animais (caça ou pesca); **Pecuaristas** - Famílias cuja renda provém, em pelo menos 50% da combinação de atividades produtivas da pecuária e seus derivados; **Diaristas** - Famílias cuja renda provém, em pelo menos 50% da combinação de atividades produtivas de diárias no trabalho agrícola, florestal, na cidade e atividades especializadas; **Assalariados** - Famílias cuja renda provém, em pelo menos 50% da combinação de salários recebidos como funcionário público na zona rural e urbana; **Assistidos** - Famílias cuja renda provém, em pelo menos 50% da combinação de Bolsa Família, aposentadorias e outros pagamentos do governo; e **Outras rendas** - Famílias cuja renda provém, em pelo menos 50% da combinação de atividades produtivas do comércio, transporte e aluguéis.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÕES DA PRODUÇÃO FAMILIAR

No assentamento PDS Virola Jatobá, os lotes apresentam área de uso alternativo⁶ de cerca de 20 ha (ou quatro alqueires)⁷, onde são exercidas atividades agropecuárias e extrativas. O restante da área do assentamento é considerado reserva legal, onde pode ocorrer exploração madeireira⁸, extrativismo e caça (Figura 1).

Florestas ombrófilas pouco antropizadas

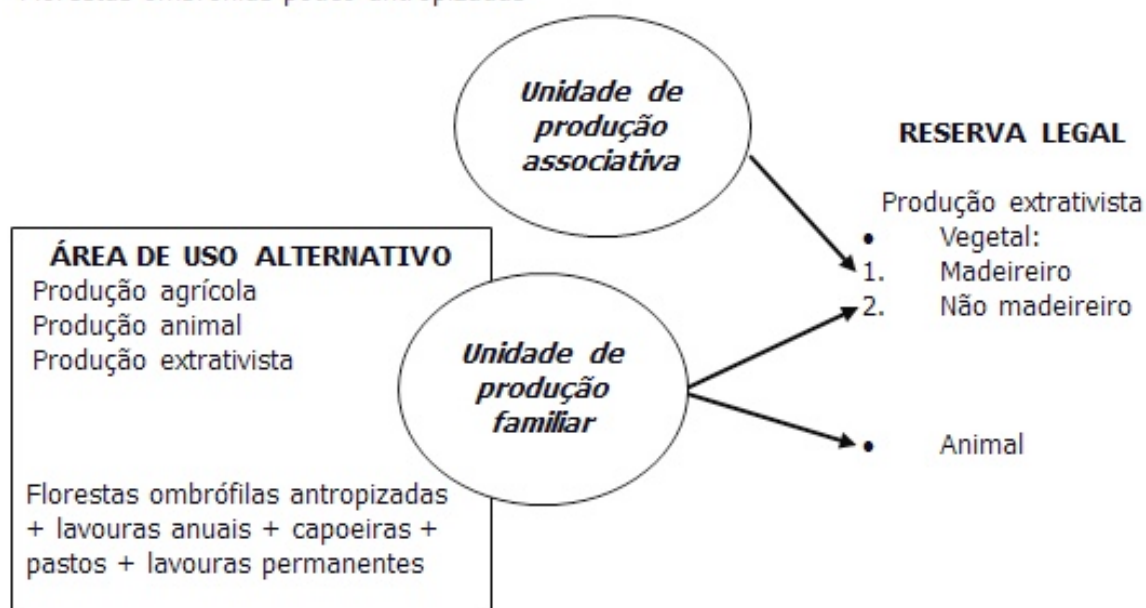


Figura 1 – Esquema representando o agroecossistema do PDS Virola Jatobá.

Fonte: Trabalho de campo, Projeto Automanejo (2015).

Das 75 famílias entrevistadas em 2015, 95% (n = 71) apresentaram área de floresta, com média de 11,62 hectares (Tabela 1). Segue-se expressiva quantidade de lotes apresentando lavoura anual, embora com áreas médias muito menores (73%, n = 55, média de 1,46 ha), capoeira (76%, n = 57, média de 2,04 ha), lavoura permanente (67%, n = 50, média de 0,74 ha) e pastagem (64%, n = 47, média de 4,30 ha).

Tabela 1 – Uso da terra, em hectares, no PDS Virola Jatobá (n = 75), em 2015.

Uso da terra	Parâmetro estatístico			
	Nº de lotes observados	Percentual (%)	Média (ha)	Desvio Padrão
Floresta	71	95	11,62	5,64
Capoeira	57	76	2,04	2,82
Lavoura anual	55	73	1,46	1,45
Lavoura permanente	50	67	0,74	1,29
Pastagem	48	64	4,30	5,65

*Os valores médios tomaram como amostra 75 entrevistas.

Fonte: Trabalho de campo, Projeto Automanejo (2015).

As atividades de cultivo agrícola nos lotes apresentam um calendário específico (Quadro 1) que se inicia com o preparo da área, incluindo três práticas: em agosto (broque⁹), setembro (derruba) e outubro (queima), culminando com a colheita, seguida de períodos de pousio que variam conforme a disponibilidade e condição das terras¹⁰.

A área das lavouras anuais nos lotes variou entre 0,1 a 5,0 ha em 2014 e 2015. A maioria das famílias encontra-se na classe de 0,1 ha a 1,0 ha (35% em 2014 e 29% em 2015) e 1,1 ha a 2,0 ha (23% em 2014 e 17% em 2015). A pesquisa revelou que 37% e 41% das famílias entrevistadas não realizaram plantios anuais respectivamente nos anos de 2014 e 2015. A diminuição das áreas de plantio, segundo informação de alguns entrevistados, está relacionada à proibição do corte e queima em áreas de capoeira acima de cinco anos e de floresta pelos órgãos ambientais, com a implementação da IN 02/2014 (DOE/PA de 26/02/2014)¹¹ e Portaria MMA n. 28 de 24/01/2008¹², que inviabilizam a produção de alimentos por meio do plantio tradicional de roça de queima, devido à baixa oferta de biomassa na queima, fornecedora de nutrientes à cultura, restringindo a autorização para uso de capoeiras jovens (menores de cinco anos) sujeitas ao aumento da competição com as plantas invasoras locais, que impede a produção alimentar dos assentados.

Quadro 1 – Calendário agrícola do PDS Virola Jatobá, com épocas de preparo de área, plantio e colheita das principais culturas anuais e permanentes (2014).

Cultivo \ mês	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Milho	Plantio ² Capina ¹	Capina ²	Colheita ² (Híbrido) Transporte ²	Colheita ¹ (Comum) Transporte ¹				Broque	Derruba	Queima		Plantio ¹
Arroz	Plantio ¹	Plantio ² Capina ¹	Capina ²	Colheita ¹ Transporte ¹	Colheita ² Transporte ²			Broque	Derruba	Queima		
Mandioca	Plantio ² Colheita ² Transporte ²			Capina				Broque Capina	Derruba	Queima		Plantio ¹ Colheita ¹ Transporte ¹
Feijão				Plantio	Capina		Colheita Transporte	Broque	Derruba	Queima		
Cultura perene	Plantio	Plantio	Plantio	Plantio				Broque	Derruba	Queima		

¹ Primeiro plantio, colheita e transporte da cultura; e ² segundo plantio, colheita e transporte da cultura.

Fonte: Trabalho de campo, Projeto Automanejo (2014).

A produção desse ano foi fraca demais, porque ano passado teve uma privação pra ninguém derrubar e aí pouca gente livre de desaforo de tudo, sem eles quererem, fez uma rocinha pequenina, eu pra acompanhar o limite do que a regra vem contando, eu não derrubei, pra eu pagar multa, eu não vou derrubar (...) (Entrevista 09, Pioneiro, Agricultor e Pecuarista, 60 anos, 2015).

Nos quintais dos assentados, a fruta mais frequente é o caju (91%, n = 68), com uma média de cerca de 26 árvores por lote. Com frequência em mais de 60% dos lotes ocorrem as fruteiras laranja, coco, manga, cupuaçu e banana. Contudo, essas frutas não são comercializadas localmente, pois, entre outras dificuldades, as espécies perenes mostram-se com uma baixa produtividade, em parte relacionada à presença de solos chamados de tabatinga¹³.

Cacau eu não planto porque tem alguns pezinhos de cacau plantados no sítio, mas a terra não é boa, não é própria pra cacau, já sabia que não produzia cacau. Eu fiquei sabendo pelo seguinte, do lado norte da Transamazônica não produz cacau. Dificilmente existe uma área do lado norte pra produzir cacau, só do lado sul (...) (Entrevista 05, Primeiro grupo de Novatos, Agricultor, 58, 2015).

As demais produções dos quintais incluem a criação de frangos (71%, n = 53) com média de cerca de 18 aves, e de suínos (41%, n = 31). Os bovinos (19%, n = 14), por sua vez, resultaram em uma média de 2,1 animais, contrastando com a ocorrência de pastagem em 47 lotes. Para alguns pecuaristas, o aumento das pastagens é explicado pela possibilidade de obtenção de renda ante as incertezas da lavoura anual e as dificuldades de manterem níveis de produção para sustento da família.

Tem um tipo de investimento. Hoje ele está pobre, amanhã ele está pobre e cansado. Uma terra seca como essa, ele morre de trabalhar e não muda de vida (...) ontem fui na cidade e falo que fulano de tal fez tantos sacos de farinha, levou pra rua, chegou lá ninguém quis. Ele saiu trocando com mercadoria, mixaria, esse homem se enterrou, ele não vai pagar pra derrubar outra roça, isso ele não vai sobreviver. A mandioca está se acabando, e aí, cansado, a vista toda queimada de fogo fazendo essa farinha. Me diga, essa situação desse homem aí. Um exemplo, eu adoeci outro dia aí, e fui pro hospital às pressas. Cheguei lá, fui com o doutor, aí ele falou: rapaz, você tem que fazer tantos exames, aí se você fazer pelo SUS você vai conseguir de três a quatro meses pra conseguir todos esses exames. Eu disse: – Doutor e no particular? Ele disse: – Você faz tudo hoje ainda, de noite ainda, aí eu falei: então faça no particular. Aí fui no açougueiro: – Rapaz, me dá um dinheiro aí que eu trago duas vacas gordas pra tu cortar. Aí o cara já me adiantou o dinheiro de uma, no outro dia eu já estava bonzinho, tomando remédio. Aí voltei pra casa, e se eu ainda fosse fazer a farinha, ninguém ia me dar o dinheiro lá na rua. Eu tenho que botar isso na cabeça: é a sobrevivência melhor, não é dizer que

eu vou enriquecer, é uma sobrevivência melhor, porque a vaca o cara vem buscar mesmo. (Entrevistado 06, Novato, Pecuarista, 55 anos, 2015).

Na Amazônia, gêneros extrativistas apresentam grande importância na alimentação do campesinato local (HÉBETTE, 2002). No PDS, em decorrência da diversidade local, 70% das famílias entrevistadas caçam espécies animais para alimentação que incluem no cardápio, entre outros: tatupeba (*Eupharactus sexcinctus*), cotia (*Dasyprocta aguti*), jabuti (*Geochelone carbonaria*), paca (*Agouti paca*), veado (*Mangaza gouazou*), porco-do-mato (*Tayassu tajuca*), jacutinga (*Aburria jacutinga*) e jacupemba (*Penelope jacquacu*). Da exploração vegetal, identificou-se o açaí como o produto extraído por 31% das famílias e a castanha-do-pará por 30% do total.

4.2 FONTES DE RENDA FAMILIAR

O conjunto das fontes de renda dos assentados inclui, além do sistema agropecuário e os recursos provenientes da floresta, o trabalho assalariado, diárias e programas sociais (Tabela 2). As atividades produtivas provenientes dos lotes, como as lavouras anuais e outros produtos animais, são bastante frequentes entre a totalidade dos respondentes. A venda de mão de obra fora do lote, ou recebimento de diárias, foi observada em 57% dos entrevistados, com uma média de R\$ 2.571,00. O recebimento de salários é observado em apenas 20% das famílias, com o valor médio de R\$ 8.078,00, com presença de grandes variações. Também se destacam famílias cuja renda constitui-se pelos benefícios do governo federal, Bolsa Família (51%, média de R\$ 2.305) e aposentadoria.

Duas fontes de renda se destacam como estratégia das famílias na obtenção de recursos financeiros para aquisição de itens não produzidos pela família, a Bolsa Família e as vendas diárias. Quando observada a quantidade de lotes ocupados com lavoura anual (73%) e lavoura permanente (67%), comparada com as porcentagens de famílias que possuem renda das atividades (43% lavoura anual e 28% lavoura permanente), conclui-se que para alguns assentados a sua base de produção agrícola se restringe ao autoconsumo.

Tabela 2 – Fontes de renda anual dos assentados do PDS Virola Jatobá (n = 75), em 2015.

Rendas	Nº de lotes observados	Média (R\$)	Erro Padrão	%
Salários	15	8078	1069	20
Diárias	43	2571	508	57
Bolsa Família	38	2305	228	51
Lavoura Anual	32	2584	656	43
Aposentadoria	08	9690	1190	11
Bovinos	04	10800	7134	05
Outros produtos Animais	30	1374	443	40
Lavoura Permanente	21	756	300	28
Produtos da Floresta	14	1019	284	19
Outras Rendas	03	4700	3669	04

Fonte: Trabalho de campo, Projeto Automanejo (2015).

Segundo Fontoura (2012), a crescente inserção dos agricultores na lógica de mercado no Brasil vem transformando as formas produtivas no campo, passando a haver uma maior inserção da natureza mercantil, mobilizando a mão de obra familiar antes unicamente destinada à produção para o consumo. O que observamos no PDS, no entanto, é a crescente inserção dos agricultores em programas sociais (sem abandonar as atividades agrícolas e extrativas) e no mercado de trabalho remunerado, quer agrícola ou não. No sentido da autonomia relativa, característica do campesinato, a renda do manejo florestal mostra-se como potencial suporte para enfrentar os custos das atividades agrícolas, sem depender da venda de mão de obra por meio do que chamam de “diárias para patrão”.

Mesmo que ainda pequena, a renda dos produtos florestais (cipós, sementes, frutos e animais) teve sua origem de 34% proveniente da polpa de açaí (*Euterpe oleracea Mart.*), (32%, n = 4) da fibra do cipó-titica (*Heteropsis flexuosa* (H. B. K.) G. S. Bunting) e/ou cipó-timbó ou cipó-ambé (*Philodendron solimoensis* A. C. Smith) usados na produção de vassoura artesanal, 25% de peixes capturados nos rios próximos, 8% da castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* H. B. K.) e 1% de estacas de acapu (*Vouacapoua americana* Aubl).

4.3 TIPOLOGIA DE PRODUTORES

A categoria mais numerosa da amostra (29,3%) é dos que predominantemente trabalham por diárias, seguida dos agroextrativistas (26,7%), dos assistidos (24,0%), assalariados (16,0%), os que mostram predominância de outras rendas (2,67%) e os pecuaristas (1,33%). Quando analisamos o uso e cobertura dos lotes, conforme as categorias da tipologia, observa-se a ausência de floresta e capoeiras na categoria pecuarista. As maiores áreas com capoeira e lavouras perenes estão presentes entre as categorias agroextrativistas e diaristas (Tabela 3). Os dados ainda demonstram que as categorias diaristas, assalariados e assistidos apresentam atividades agrícolas (lavoura anual e permanente) em seus lotes.

Tabela 3 – Classes de cobertura do lote por categoria de assentado no PDS Virola Jatobá (n = 75), em 2015.

Categoria	Cobertura do lote (ha)										
	N	Lavoura anual		Lavoura permanente		Pastagem		Capoeira		Floresta	
		Média*	DP	Média*	DP	Média*	DP	Média*	DP	Média*	DP
Diaristas	22	1,63	1,79	0,86	1,76	3,76	5,71	2,34	2,72	11,00	5,59
Agroextrativistas	20	1,56	1,41	0,86	1,23	4,85	6,13	2,42	4,27	10,96	6,42
Assistidos	18	1,20	1,16	0,53	0,89	4,35	5,31	1,68	1,66	12,76	5,48
Assalariados	12	1,70	1,38	0,72	1,09	2,90	3,79	1,94	1,42	12,63	3,79
Outras rendas	02	0,25	0,35	0,68	0,26	5,00	31,55	0,00	0,00	14,56	0,00
Pecuaristas	01	0,00	0,00	0,00	0,00	19,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Legenda: DP - Desvio Padrão. *Os valores médios tomaram como amostra 75 entrevistas.

Fonte: Trabalho de campo, Projeto Automanejo (2015).

Os principais gastos monetários das famílias incluem despesas alimentares (frequência de 97% dos domicílios) e com combustível ou manutenção de veículos (71%). As categorias diaristas, outras rendas e assalariados apresentaram os maiores gastos com compra de alimentos, mesmo praticando agricultura, estabelecem um maior poder de compra, haja vista a aquisição da renda. As categorias agroextrativistas, outras rendas e assalariados apresentam os maiores gastos com combustível ou manutenção de veículo, esse fato ocorre em virtude da condição de compra de alimentos pelas

mercearias (outras rendas), o deslocamento para trabalhar (assalariados) e a venda da produção (agroextrativista), conforme Tabela 4.

Tabela 4 – Gasto mensal (maio de 2015) por categoria de assentado no PDS Virola Jatobá (n = 75).

Categoria	N	Gastos mensais (R\$)			
		Alimentos		Combustível/Manutenção do Veículo	
		Média *	Desvio Padrão	Média *	Desvio Padrão
Diaristas	22	370,9	439,9	63,5	71,8
Agroextrativistas	20	357,6	178,0	129,0	148,0
Assistidos	18	342,8	180,9	70,0	0,9
Assalariados	12	414,2	231,3	200,0	228,6
Outras rendas	02	400,0	141,0	250,0	748,5
Pecuaristas	01	300,0	0,0	0,0	0,0

*Os valores médios tomaram como amostra 75 entrevistas.

Fonte: Trabalho de campo, Projeto Automanejo (2015).

A estimativa do consumo e compra de alimentos pelas famílias (n = 75) indicou que mais de 90% dos alimentos consumidos, como feijão (91%), açúcar (98%), café (95%), óleo (96%) e sal (98%), são comprados. Alimentos produzidos no interior dos lotes incluem arroz, farinha, ovos, leite, carne (porco), peixe (extrativismo), frango (dos quintais) e caça. Entre os três alimentos de maior gasto para as categorias, o arroz foi o menos comprado pela categoria pecuaristas e o mais consumido e comprado pelas categorias agroextrativistas, diaristas, assalariados e assistido. O leite é bastante consumido e comprado entre as categorias diaristas, assalariados e assistidos. O maior valor de consumo e compra de carne foi encontrado na categoria pecuaristas (Tabela 5).

Tabela 5 – Compra e consumo mensal de arroz, leite e carne (maio de 2015) por categoria de assentados no PDS Virola Jatobá (n = 75).

Categoria	Consumo de alimentos						Compra de alimentos					
	Arroz (Kg)		Leite (Litros)		Carne (Kg)		Arroz (Kg)		Leite (Litros)		Carne (Kg)	
	Média*	DP	Média*	DP	Média*	DP	Média*	DP	Média*	DP	Média*	DP
Diaristas	22,2	18,0	7,0	10,9	5,0	5,0	10,7	17,8	5,1	8,1	4,4	4,9
Agroextrativistas	27,2	20,6	16,5	24,5	6,9	6,8	15,0	24,8	1,7	2,7	5,4	5,7
Assistidos	31,1	17,2	7,6	7,9	8,1	6,2	15,8	21,5	7,3	14,4	6,9	5,8
Assalariados	23,2	13,8	7,6	7,9	11,7	9,1	17,1	18,1	4,4	4,1	7,0	6,2
Outras rendas	12,5	10,6	30,0	42,4	3,5	2,1	2,5	3,5	0,0	0,0	1,0	1,4
Pecuaristas	5,0	0,0	60,0	0,0	30,0	0,0	5,0	0,0	0,0	0,0	30,0	0,0

Legenda: DP - Desvio Padrão. *Os valores médios tomaram como amostra 75 entrevistas.

Fonte: Trabalho de campo, Projeto Automanejo (2015).

5 CONCLUSÕES

A proibição do desmatamento da floresta primária e a utilização de capoeiras inferiores a cinco anos, nos lotes, têm influenciado as práticas consideradas tradicionais dos agricultores que utilizam o corte e a queima, conseqüentemente, diminuindo a oferta de alimentos entre todas as categorias com exceção dos pecuaristas.

Nos quintais dos assentados são frequentes a produção de frutas e criações de pequenos animais, como galinha e porcos, utilizados na alimentação. Entretanto, as diversas dificuldades de obtenção de renda da agricultura decorrem da baixa produtividade da lavoura permanente, como a cacauieira,

constituindo-se como um dos fatores que levaram os agricultores a optarem pela compra dos alimentos na sede do município, e/ou pela utilização da lavoura anual, dessa forma, mantendo a alimentação de base de autoconsumo.

As condições de segurança alimentar das famílias demonstraram que estas não se limitam somente ao autoconsumo, mas também dependem da venda de diárias e assalariamento para obtenção de renda para suprirem outros bens que adquirem fora do lote. Nesse sentido, as políticas sociais de distribuição de renda como a Bolsa Família e as aposentadorias assumem grande relevância.

A categoria agroextrativista apresenta o segundo lugar como estratégia de renda das famílias (26,67%), sendo provida pelos recursos do lote e da reserva legal. Portanto, mostra-se como um meio encontrado para manter sua autonomia. As demais categorias, com exceção da classe de pecuaristas, têm mobilizado algum tipo de agricultura nos lotes utilizados, como o sistema de corte e queima, na produção de alimento. Mesmo com a baixa produtividade das lavouras anuais, os assentados têm mantido alguma produção de alimento, a despeito das restrições pelas normativas ambientais. São alegados aspectos culturais, de preferência por alimentos produzidos no próprio lote, e da busca da autonomia relativa ante um mercado sobre o qual não têm o mínimo de controle.

A segurança alimentar dos assentados do PDS Virola Jatobá depende das estratégias produtivas dos lotes e da obtenção de renda de programas sociais e de pluriatividades, como venda de mão de obra para obtenção de alimentos. A agricultura vem apresentando restrições na obtenção de renda, restringindo-se basicamente ao autoconsumo, com a presença de importantes elementos para alavancar sua renda, por meio de investimentos na agropecuária, além, de estratégias de utilização dos recursos florestais e pesqueiros disponíveis.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa (SEG 06.13.07.001.00.00) e a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Pará - FAPESPA (ICAAF 104/2014) pelo apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento do trabalho.

NOTAS

¹ Fronteira refere-se ao processo de ocupação das terras da Amazônia a partir da construção das estradas, iniciado a partir do final de 1960, que recebeu um contingente expressivo de camponeses e empresários motivados em desenvolver diferentes atividades agrícolas (VELHO, 2013).

² O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) é uma modalidade de assentamento destinado à Reforma Agrária, na qual os assentados dispõem de áreas para uso alternativo, que no caso do PDS Virola Jatobá consiste em cerca de 20 hectares, por família, utilizados como espaço de moradia e atividades agropecuárias, envolvendo cultivos agrícolas e criações de animais, exceto em áreas de preservação permanente (APPs) porventura existentes no lote. O restante das terras do assentamento consiste em reserva legal, para uso coletivo, que pode ser utilizada para o manejo florestal comunitário. Além disso, na reserva legal pode ser praticado o extrativismo sustentável (OLIVEIRA *et al.*, 2013).

³ O termo soberania alimentar surgiu em contraposição à noção inicial, aparentemente neutra, de segurança alimentar, reivindicando uma perspectiva política na busca por melhores condições de produção, consumo e comercialização de alimentos para os camponeses (MALUF, 2011).

⁴ A Via Campesina é uma organização internacional que defende os direitos dos trabalhadores rurais no mundo (SILVA, 2012).

⁵ O questionário utilizado pela pesquisa foi construído em parceria com o projeto Governança Local, Gestão Territorial e Sustentabilidade do Manejo Florestal Comunitário em Projetos de Desenvolvimento Sustentável em Anapu/PA coordenado pela Embrapa Amazônia Oriental.

⁶ O termo “uso alternativo” vem do Código Florestal de 1965, e caracteriza-se pela permissão de utilização de, no caso do bioma Amazônia, atualmente, 20% da área do imóvel rural para atividades produtivas pelos seus detentores, restando 80% para reserva legal, onde é mantida a vegetação natural.

⁷ Os moradores adotam como unidade de área o alqueire, para identificar o tamanho do lote destinado às atividades agropecuárias. Contudo, os assentados utilizam como referência (01) um alqueire para referir a (05) cinco hectares, que se aproxima da medida do alqueire mineiro (4,84 hectares). Para mensurar o tamanho da “roça”, utilizam a unidade “linha” que corresponde ao tamanho de 25x25 braças.

⁸ A exploração madeireira ocorre sob manejo florestal comunitário aprovado na Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), no estado do Pará.

⁹ Corte da mata (vegetação menos lenhosa) com facão ou foice.

¹⁰ A IN SEMAS 02, de 26/02/2014, vem afetando as práticas agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares no município de Anapu, criando dificuldades na utilização das áreas de floresta primária e autorizando somente o desmate de capoeiras inferiores a cinco anos para o plantio.

¹¹ Define os procedimentos para supressão nas áreas de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração.

¹² Dispõe sobre os municípios situados no Bioma Amazônia onde incidirão ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal.

¹³ Tipo de cambissolo, que não apresenta boa profundidade devido ao afloramento de material rochoso e dificulta a instalação de lavoura permanente que apresenta sistema radicular pivotante.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N. *et al.* Segurança alimentar: evolução conceitual e ação das políticas públicas na América. In: XLV CONGRESSO DA SOBER. Londrina (PR). **Anais...** p.23, 2007.

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 13, n. 16, p. 22-32, 2010.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLKER, V. **A questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 133-163, 1981.

FONTOURA, A. F. **A produção para autoconsumo**: características e importância para os sistemas de produção de pecuária familiar da fronteira oeste do RS. Santa Maria, Rio Grande do Sul, Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – UFSM, 2012.

HÉBETTE, J. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. In: _____. **No mar, nos rios e na fronteira**: faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002.

HÉBETTE, J.; MARIN, R. E. A. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais. In: HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Volume I: migrações, colonização e ilusões de desenvolvimento. Belém: Editora Universitária, UFPA, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios, segurança alimentar 2004/2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2004_2009/pnadalimentar.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. **Revista Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, 2005.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Editora Vozes, 3. ed., 2011.

MARQUES, P. E. M. Críticas e justificações em torno da soberania alimentar: fundamentações com vistas a um sistema agroalimentar justo. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - Abra**. São Paulo, p. 15-26, 2014.

MENDES, J. F. **O direito vivo na luta pela terra no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Virola Jatobá em Anapu/PA**. Belém, Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – UFPA, 2012.

NORDER, L. A. C. A Construção da Segurança Alimentar em Assentamentos Rurais: questões, contextos e métodos. **Revista Cadernos de Debate**, p. 40-58, 1998. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/nepa/publicacoes/san/1998/VI/docs/a-construcao-da-seguranca-alimentar-em-assentamentos-rurais-questoes-contextos-e-metodos.pdf>>.

OLIVEIRA, P. C. *et al.* Novas perspectivas para o desenvolvimento rural na Amazônia: processos socioambientais e a sustentabilidade em projetos de reforma agrária. **Revista Uniara**, v. 16, n. 1, p. 91, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil**: um retrato multidimensional, relatório 2014. Disponível em: <www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf>. Acesso em: jan. 2016.

PIMBERT, M. Mulheres e soberania alimentar. **Revista Agriculturas**, v. 6, n. 4, p. 41-45, 2009.

ROCHA, G. M. Estado do Pará: divisão ou construção de um projeto de desenvolvimento territorial? In: **Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, p. 35-50, 2008.

SANTOS, I. V. **Mobilidade espacial de agricultores familiares em áreas de assentamento**: um estudo de caso no PDS Anapu - Estado do Pará, Brasil. Belém, Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – UFPA, 2011.

TOURNEAU, F. M.; BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Revista Ambiente & Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 111-130, 2010.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. Manaus: UEA edições, 3. ed. 2013.